1999 — foi nomeado coordenador do Gabinete de Informática;
1998 — contrato de avença, integrando a equipa que concretizou a modernização dos serviços académicos;
1997-1999 — assistente convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

5 — Experiência profissional relevante:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve:

2006-2007 — coordenação do plano estratégico do ARADE;
2006-2007 — colaboração na elaboração da proposta do Plano Operacional Regional do Algarve 2007-2013;
2005-2007 — colaboração na preparação da Estratégia Regional para o Quadro de Referência da Estratégia Nacional 2007-2013;
2004-2005 — acompanhamento e emissão de pareceres sobre planos municipais de ordenamento do território;
2002-2004 — participação na estrutura de coordenação da implantação de uma estratégia regional para a sociedade da informação — Algarve Digital (1.ª e 2.ª fases);
2002-2004 — coordenador do projecto «Réseau Vert Européen de l'Aire Méditerranée» — REVERMED — INTERREG IIIC, em representação da Região do Algarve;
2002-2003 — co-coordenador do projecto «Regions on Line» (ROL), no âmbito do programa INTERREG III B, em representação da Região do Algarve;
2001-2002 — coordenador do Plano de Intervenção da Aldeia de Paderne, no âmbito do Programa Aldeias do Algarve;
2001 — Coordenador do estudo «Dinâmicas sócio-económicas da aldeia de Paderne», no âmbito do Programa Aldeias do Algarve;

Secretaria de Estado do Ministério do Turismo — responsável pela assessoria do gabinete ao nível acompanhamento de planos de financiamento e das áreas de planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento turístico.
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa — coordenador do Gabinete de Informática (1999-2001).
Junta Metropolitana de Lisboa e Vale do Tejo — integrou a equipa responsável pela construção do Sistema de Informação Geográfica da Área Metropolitana de Lisboa (1997-1998).
Programa Inter-Ministerial das Artes e Ofício Tradicionais (PAOT) — 1993-1994 — como investigador, desenvolveu trabalho nas áreas das iniciativas de desenvolvimento local e rural, tendo produzido diversas publicações, de onde se destaca a obra *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local,* PAOT & DGDR, 1994, 260 pp.

Docência no ensino superior e formação:

Assistente convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa no curso de Geografia nos anos lectivos de 1997-1999;
Docente do Instituto Superior de Educação e Ciência nos anos lectivos de 1996-2001;
Assistente convidado no Instituto Ricardo Espírito Santo no ano lectivo de 1993-1994;
Coordenador do Plano de Formação — Informática e Tecnologias de Informação — 1999-2001 — e formador neste âmbito, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Actividade enquanto investigador:

1995-1997 — bolseiro de investigação da Junta Nacional de Investigação científica (JNICT);
1993 — bolseiro ERASMUS na Faculdade de Geografia e História, em Barcelona;
1994-1998 — integrou como investigador no Centro de Estudos Geográficos as equipas dos seguintes projectos: «Turismo, lazer e desenvolvimento local?», «Dinâmicas da população e território», «Serviços e desenvolvimento, que oportunidades para as áreas rurais?», «Desenvolvimento rural, desafio ou utopia?».

Actividades relevantes desenvolvidas no âmbito de empresas particulares e consultoria:

2000-2001 — Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo nas Beiras;
1992-1994 — estratégia para o turismo do centro litoral — PROT Centro Litoral para a CCR Centro;
1990-1992 — PDM dos concelhos de Sintra, Cascais, Nordeste e da Ribeira Grande.

Despacho n.º 13 499/2007

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna obedecendo ao modelo estrutural misto.
Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e as competências das respectivas unidades orgânicas.
Através da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado o número máximo de unidades flexíveis de cada CCDR.
Assim:
Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDR Algarve;
Considerando que o mestre António José dos Santos Lopes de Brito possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:
Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão), da Divisão de Apoio Jurídico da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, o mestre António José dos Santos Lopes de Brito, consultor jurídico de 1.ª classe, do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região do Algarve, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.
A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

25 de Maio de 2007. — O Presidente, *José António de Campos Correia.*

ANEXO

Curriculum vitae

Identificação — António José dos Santos Lopes de Brito, nascido a 23 de Março de 1968 em Lisboa, Portugal.
Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito concluída a 29 de Julho de 1991, ramo de Jurídico-Económicas, Universidade de Lisboa;
Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (Universidade Nova de Lisboa), terminado a 12 de Junho de 1996 com a obtenção da classificação final de *Bom com distinção;*
Curso de protecção europeia dos direitos do homem (ministrado pelo juiz conselheiro João de Deus Pinheiro Farinha, único juiz português no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem de Estrasburgo, no ano lectivo de 1990-1991), concluído com a média final de 14 valores, tendo sido um dos únicos três portugueses a concluir o curso com aproveitamento, depois da apresentação de um trabalho intitulado «A problemática da eutanásia»;
Curso de Direito do Ambiente, concluído na Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, a 24 de Novembro de 1991;
Formador com certificado de aptidão profissional do Instituto do Emprego e Formação Profissional n.º EDF 1574 DG, de 25 de Novembro de 1999;

Actividade profissional:

Estagiou como advogado, no escritório do Dr. João Castilho, em Lisboa, de Novembro de 1991 a Abril de 1992;
Trabalhou como advogado, no escritório da Dr.ª Regina Santos, na comarca de Oeiras, tendo assegurado o patrocínio jurídico em muitos processos crime e cível, de Abril de 1992 a Fevereiro de 1993, e no escritório do Dr. João Bagarrão, em Faro, onde se dedicou sobretudo ao direito laboral, contra-ordenacional, cível, comercial (consultadoria jurídica empresarial) e registral, de Março a Julho de 1993;
Foi representante comercial da base de dados «sentença» no Algarve, de Abril a Novembro de 1993;
Foi representante oficial no Algarve da Intercultura (AFS), de Julho de 1993 a Abril de 1995;
Formador do curso de formação profissional para jovens solicitadores e advogados estagiários, organizado pelo conselho distrital de Faro da Ordem dos Advogados, intitulado «O direito imobiliário na empresa», ministrado nas instalações da PSICOFARO, em Dezembro de 1996;
Professor responsável pela cadeira de Direito Internacional Público no 3.º ano da licenciatura em Direito da Universidade Lusófona, Portimão, no ano lectivo de 1996-1997;

Professor responsável desde o ano lectivo de 1997-1998 pela cadeira de Introdução ao Direito e Direito do Ambiente, na licenciatura em Gestão, Gestão Ambiental e Línguas e Assessoria de Gestão no INUAF (Instituto Universitário D. Afonso III), em Loulé;

Membro do conselho de redacção da revista *Inuaf Studia,* editada pelo Instituto Universitário D. Afonso III, Loulé, desde o seu n.º 1, ano I, suplemento n.º 1, Março de 2000;

Consultor jurídico do quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (Direcção Regional da Administração Local), onde, desde 5 de Julho de 1993, tem vindo a prestar, na Divisão de Apoio Jurídico, apoio jurídico às freguesias e municípios do Algarve em matéria de recrutamento de pessoal e respectiva contratação, empreitadas e fornecimentos públicos, taxas e fiscalidade, licenciamento de obras particulares, loteamentos urbanos, empreendimentos turísticos, funcionamento dos órgãos autárquicos, direitos e deveres dos eleitos locais, contra-ordenações, procedimento e contencioso administrativo, bem como apoio jurídico aos diversos sectores da CCDR Algarve, com especial destaque para a DSGT e o PROALGARVE, e apoio legislativo aos membros do Governo sempre que solicitado;

Desde 1 de Março de 1999, na sequência do concurso público (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 220, de 23 de Setembro de 1998), exerce funções em comissão de serviço de chefe da Divisão de Apoio Jurídico da Direcção Regional da Administração Local na CCDR Algarve, dirigindo o pessoal integrado na Divisão de Apoio Jurídico, distribuindo, orientando e controlando a execução dos trabalhos dos subordinados e estagiários, organizando as actividades e procedendo à avaliação dos resultados alcançados e elaborando pareceres e informações sobre assuntos da competência da referida Divisão. Recentemente, desde 15 de Janeiro de 2007, tem vindo igualmente a coordenar o Gabinete de Contra-Ordenações da CCDR Algarve, que tem a incumbência de instruir processos de contra-ordenação nas áreas dos resíduos, queimas, domínio hídrico, circulação de veículos, REN e Rede Natura 2000.

Obras publicadas:

A Protecção do Ambiente e os Planos Regionais de Ordenamento do Território, livraria Almedina, Coimbra, Abril de 1997;

Breve Introdução ao Direito, INUAF, Loulé, Setembro de 1998;

Estudo Jurídico da Eutanásia — Direito de Morrer ou Dever de Viver?, livraria Almedina, Coimbra, Dezembro de 2000.

Despacho n.º 13 500/2007

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDR Algarve;

Considerando que a licenciada Maria José Bento Nunes possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 1.º grau (director de serviços), da Direcção de Serviços de Ambiente, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, a licenciada Maria José Bento Nunes, técnica superior principal, do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Algarve, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

25 de Maio de 2007. — O Presidente, *José António de Campos Correia.*

ANEXO

Curriculum vitae

Identificação — Maria José Bento Nunes, nascida a 21 de Março de 1961, em Faro, Portugal.

Habilitação académica — licenciatura em Engenharia do Ambiente pela Universidade de Aveiro, concluída em 1986.

Actividade profissional:

De Março de 1987 a Julho de 1991 exerceu funções no Serviço de Ar e Ruído da Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente, desenvolvendo a sua actividade na área do controlo da qualidade do ar;

De Agosto de 1991 a Abril de 1994 prestou serviço na Direcção-Geral de Indústria, onde desempenhou funções na área de licenciamento industrial, centrando-se a sua actividade na avaliação de projectos e realização de vistorias a estabelecimentos industriais, bem como acompanhamento da discussão de diversa legislação comunitária relativa às emissões para a atmosfera;

De Maio de 1994 a Março de 2001 prestou serviço na Direcção de Serviços do Ar, Ruído e Resíduos, nomeadamente na área de licenciamento industrial e de extracção mineral, com análise de projectos e realização de vistorias/fiscalização. Integrou a comissão de acompanhamento do aterro sanitário intermunicipal de Faro, Loulé, Olhão, bem como as comissões de acompanhamento dos aterros sanitários multimunicipais do Sotavento e do Barlavento, como secretário da comissão, função que ainda mantém. Integrou diversas comissões de avaliação de estudos de impacte ambiental. Integrou a comissão de acompanhamento dos contratos de adaptação ambiental para os sectores da cortiça e da cerâmica. Detinha a coordenação técnica e administrativa dos processos de autorização prévia para operadores de gestão de resíduos, bem como da área de ruído;

De Abril de 2001 a Abril de 2007 desempenhou o cargo de directora de serviços de Gestão Ambiental, assegurando as competências executivas relativas às funções de gestão das áreas de licenciamento industrial, gestão de resíduos, extracção mineral, ruído e fiscalização. Integrou os grupos de trabalho nacional sobre os contratos de melhoria contínua do sector cimenteiro e do sector dos petróleos. Detinha a coordenação dos projectos «Inventário de emissões na região do Algarve», «Modelo de gestão de resíduos de construção e demolição», «Modelo de gestão de resíduos agrícolas». Integrou o grupo de trabalho criado através do despacho conjunto n.º 246/2005, de 16 de Março, em representação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, para elaborar uma alteração ao decreto-lei relativo à aplicação de lamas de ETAR em solos agrícolas. Integrou o grupo de trabalho criado, através do despacho conjunto n.º 815/2005, de 26 de Outubro, para elaborar uma proposta de operacionalização do sistema de controlo da condicionalidade no que respeita aos requisitos legais de gestão decorrentes da Directiva n.º 91/414/CEE, de 15 de Julho, relativa à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado;

Desde Maio de 2005 acumulou as funções de directora de serviços de Monitorização, que incluía as questões relativas a monitorização de ar, águas superficiais e subterrâneas e laboratório;

De Setembro a Dezembro de 2006 frequentou, com aprovação, o curso de formação em gestão da Administração Pública (FORGEP).

Despacho n.º 13 501/2007

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDR Algarve;

Considerando que o doutorado Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 1.º grau (director de serviços), da Direcção de Serviços do Litoral,